

Prof. Daniel Pereira

QUESTÕES FUNDAMENTAIS

- Diferencie Estado e Governo.
- Repúblicas são sempre democráticas?
- Quais as funções dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário)?
- Como se relacionam os poderes políticos e os poderes econômicos?
- O que é Soft Power?
- O que são sanções e quais as polêmicas sobre sua aplicação?
- Diferencie povo e etnia.
- O que é xenofobia?
- Diferencie autonomia e independência.
- Quais as definições de minorias?

Conceitos básicos em política

Abaixo serão apresentados diversos conceitos de maneira esquemática, com o objetivo de familiarizar os alunos e alunas com uma visão geral de temas essenciais para o curso. Alguns conceitos serão aprofundados em outras aulas, conforme necessário e conforme a profundidade exigida em vestibulares e concursos.

1. Estado e Governo

Estado	<p>Estrutura que organiza e administra uma sociedade.</p> <p>O Estado é composto de poderes políticos, instituições, cargos e códigos jurídicos, como a Constituição, por exemplo. As funções dos cargos e os códigos podem ser mudados, mas em geral transcendem o governo, duram vários governos.</p>
Governo	<p>Grupo ou grupos políticos que ocupam e administram o Estado dentro da estrutura jurídica em vigor.</p> <p>O governo pode também alterar esta mesma estrutura através de reformas nas regras e leis.</p>

Exemplo: uma universidade pública federal ou estadual pertence ao Estado brasileiro e não ao governo, não é desativada simplesmente por conta de uma troca de poder na presidência da república ou governo do estado, seus professores não são demitidos sempre que há troca de governo, mas a chegada de um novo governo ao poder pode alterar a maneira como a universidade funciona.

Vale o mesmo para a saúde pública: existe uma estrutura fixa de saúde (hospitais, postos de saúde, etc.) que pertence ao Estado independente de quem sejam os governantes e demais funcionários da administração. As ações dos

governantes (através da nomeação de ministros e secretários) podem aos poucos mudar a maneira como a saúde funciona, por exemplo revendo regras, definindo estratégias de vacinação

2. Monarquias e Repúblicas

Monarquia	Sistema em que o poder é transferido de forma fechada, definida, em geral hereditária, sanguínea lateral ou pautada em algum tipo de privilégio.
Monarquia autoritária	Monarca detém todo o poder ou mecanismos de controle tão fortes que sua vontade é soberana ou decisiva. Arábia Saudita é um exemplo.
Monarquia parlamentar ou constitucional	<p>Monarca divide o poder com um/a primeiro/a ministro/a.</p> <p>Monarca em geral desempenha a função de chefe de Estado ao passo que o/a primeiro/a ministro/a chefia a equipe de governo e toma as decisões práticas. Cada monarquia manteve certas prerrogativas para seus reis e rainhas, é necessário analisar caso a caso. Exemplos: Reino Unido, Suécia, Bélgica, Holanda e Espanha.</p> <p>Monarquias, portanto, podem ser democráticas, desde que haja eleições democráticas para o Parlamento que escolhe o/a primeiro/a ministro/a.</p>
República	<p>Sistema em que o governo ou governante é escolhido por parte da população ao invés de receber o poder de forma hereditária, sanguínea ou pautada nos critérios vistos nas monarquias.</p> <p>ATENÇÃO: repúblicas nem sempre são democracias pois a parte da população que escolhe o governante pode ser um grupo pequeno (gênero ou etnia, por exemplo) que não representa a todos, como na “república velha”.</p>
República presidencialista	<p>Chefe de Estado e chefe de governo são uma só pessoa, não há divisão de poder Brasil e EUA são exemplos.</p>

República parlamentarista	<p>O poder se divide entre presidente e primeiro/a ministro/a.</p> <p>Cada país que adota esse sistema distribui o poder entre os dois cargos de forma distinta, mas o poder maior é do/a primeiro/a ministro/a.</p> <p>Em geral, a presidência é eleita pela população de forma direta, enquanto o cargo de primeiro/a ministro/a é definido a partir do partido ou aliança de partidos com mais força no legislativo/parlamento.</p> <p>Alemanha é um exemplo.</p>
República semipresidencialista	<p>Sistema em que cabe a quem ocupa a presidência escolher quem será primeiro/a ministro/a. Rússia e França.</p>

Atenção: historicamente (na antiguidade e até o período moderno), uma distinção fundamental entre monarquias e repúblicas era o Estado estar a serviço do governante e sua família (monarquia) ou o Estado estar a serviço da população (república). Com o avanço do tempo e o surgimento, por exemplo, de monarquias parlamentares (com limites à vontade dos soberanos) e ditaduras militares (repúblicas a serviço de grupos específicos), essa distinção ficou mais difícil na prática. Conceitualmente é importante saber a origem da distinção entre os sistemas, ao mesmo tempo que é importante perceber que no mundo real, monarquias parlamentares podem servir ao povo melhor do que repúblicas autoritárias.

Chefe de Estado e chefe de governo

Chefe de Estado	Representante público máximo de um Estado-Nação. Poderes são amplos ou limitados dependendo de cada país.
Chefe de Governo	Exerce o poder executivo, nomeia ministros e define as linhas gerais das políticas públicas.
Monarquia autoritária	Chefe de Estado e de Governo.
Monarquia parlamentar	Monarca é chefe de Estado, Primeiro/a Ministro/o é chefe de Governo.
República presidencialista	Presidente chefia Estado e Governo.

República parlamentar	Presidente chefia Estado, Primeiro/a Ministro/o chefia Governo.
República semipresidencialista	Distribuição de poder varia em cada país.

3. Divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário

A maioria dos países do mundo hoje adota (ao menos formalmente) a divisão de poderes baseada em pensadores como **John Locke** e **Montesquieu** (entre outros) e cujo objetivo original era combater o autoritarismo e o absolutismo.

Executivo	Organiza o governo e define as linhas gerais a seguir. Presidentes, reis autoritários, governadores/as e prefeitos/as se encaixam nesta categoria.
Legislativo	<p>Cria, define ou autoriza implantação de leis. Em diversos países aprova indicações de embaixadores e juízes das cortes superiores, aprova orçamento público fiscaliza e pune o executivo (impeachment), entre outras funções.</p> <p>Projetos de lei podem ser propostos por outros poderes, cidadãos e associações civis, mas só se tornam lei após aprovação do legislativo.</p>
Judiciário	Responsável por fazer cumprir a lei e tomar decisões quanto a questões polêmicas no âmbito jurídico ou que possam violar a Constituição. Poder técnico, mesmo em democracias não é eleito.

ATENÇÃO: a presença da divisão de poderes não indica necessariamente a existência de um sistema democrático.

Governos autoritários podem apresentar a divisão de poderes, mas tal divisão ocorre de uma forma em que quem governa (monarca/ditador) detém poder sobre a escolha de quem ocupará os cargos-chave dos outros poderes. Um rei autoritário ou um ditador podem, por exemplo, escolher os membros do parlamento e do judiciário. Externamente há uma aparência de divisão de poderes, mas na prática todos dependem da vontade do governante. Em democracias os poderes são independentes e apoiam-se em regras criadas para manter esta independência.

Em democracias, o **poder executivo** governa, mas não define as regras (leis), exceto em casos excepcionais (ver a lei de cada país). Leis são definidas pelo poder legislativo.

4. Economia, opinião pública e impactos na política

<p>Impostos e regras</p>	<p>Estados/governos vivem de impostos. Quem define os impostos é o governo, quem paga é população ou empresas.</p> <p>Quanto maior o consumo, a produção ou a exportação, circulação de mercadorias ou comércio, maior a arrecadação de impostos, mais recursos tem o Estado.</p> <p>Medidas tomadas pelos governos podem facilitar ou dificultar o consumo, a produção e o comércio.</p> <p>Setores produtivos (indústria, agronegócio etc.) podem ser afetados pelas medidas tomadas pelo governo</p>
<p>Doações para as campanhas</p>	<p>Para chegar ao poder os candidatos precisam fazer campanha, que custa caro. Quanto maior/melhor a campanha, maior a visibilidade do candidato e a chance de vencer.</p> <p>Empresas e pessoas doam dinheiro para as campanhas dos poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>Mídia é parte essencial das campanhas.</p>
<p>Governabilidade e troca de favores entre governos e grupos políticos ou entre políticos e suas bases de apoio na política e na sociedade.</p>	<p>As trocas de favores são de vários tipos.</p> <p>Quando o candidato se eleger, os doadores esperam receber a compensação pelas doações na forma de leis e contratos que os beneficiem. Pode ocorrer, por exemplo, de um grupo empresarial ou setor da economia que doou dinheiro para o vencedor ser beneficiado por ações desse governo, seja em termos de medidas como redução de impostos para um certo setor, seja através de</p>

	<p>acordos internacionais, seja através do perdão de dívidas, apenas para citar exemplos.</p> <p>Além disso, se o grupo que chega ao Executivo não conquistar o número suficiente ou majoritário de assentos no legislativo, é necessário buscar o apoio de outros partidos (base aliada) para aprovar leis e projetos. Começa então a troca de favores entre partidos ou entre bancadas (políticos de vários partidos, que defendem um mesmo setor ou interesse). Por exemplo, a bancada do setor automobilístico pode votar a favor de um projeto da bancada da construção civil, em troca do apoio dessa bancada da construção em outra votação do interesse do setor automobilístico.</p>
<p>Eleitor</p>	<p>O eleitor também espera ter seus anseios atendidos. Sem financiamento e sem eleitores, os candidatos não se elegem. O candidato eleito, portanto, sofre pressões de diversas origens e intensidades distintas.</p> <p>Cada eleitor tem sua visão de mundo e seus valores (incluindo religião) e isso afeta a forma como cada pessoa vota. O eleitor não vai às urnas pensando apenas em economia, o voto muitas vezes não segue uma lógica racional, fria.</p>
<p>Mídia Redes sociais</p>	<p>Grande influência sobre a opinião pública.</p> <p>Podem atacar ou apoiar os candidatos antes e depois da eleição fundamentais para denunciar desvios por parte dos políticos ou criar campanhas que justifiquem as ações políticas frente à opinião pública.</p> <p>Por fim, a mídia também é, em grande parte, formada por grandes empresas, muitas delas doadoras de campanha.</p>

Atenção: o destaque dado ao setor econômico se deve ao fato que esse setor cobra enfaticamente os benefícios prometidos ou acordados com o candidato, além de fazer as maiores doações, o que nem sempre acontece com os eleitores comuns.

Um eleitorado consciente e que acompanhe os candidatos eleitos pode afetar a forma como os políticos atuam. Este reforço, ou cobrança, pode não ser igual à pressão que vem das empresas e do setor econômico.

5. Populismo

Definição atual	<p>Prática através da qual um político identifica o interesse de um certo setor do eleitorado e promete responder a este anseio, independentemente de ser possível realmente cumprir a promessa.</p> <p>Mecanismo no qual o líder busca uma ligação direta com a população, muitas vezes passando por fora (ou por cima) das regras e instituições.</p> <p>O populismo existe em todos os campos da política.</p>
------------------------	---

O termo “populismo” tem diversos significados e seu uso deve obedecer a certos critérios. Em História (a disciplina) o termo costuma ser aplicado a governos da América Latina que buscavam manipular a população (em especial mais pobre) através de concessões e programas de ajuda ou novas leis que protegiam essas camadas. Estes governos como Getúlio Vargas ou Juan Domingos Perón serão vistos nas suas aulas de história. O sentido apresentado acima é o que tem sido usado pela mídia e por diversas provas, que buscam seus textos em artigos publicados na imprensa.

6. Realpolitik: política, coerência e incoerência nas relações internas e internacionais

Em economia e política muitas vezes buscamos uma coerência que, por razões práticas, não existe ou não é clara.

Por razões pragmáticas, as ações políticas muitas vezes violam os discursos e valores defendidos em campanhas e plataformas ideológicas dos diversos governos.

Um governo democrático pode criticar uma ditadura e ser aliado de outra, dois países podem ser concorrentes e parceiros ao mesmo tempo.

A política do mundo real não segue linhas filosóficas, morais ou éticas rígidas, não há uma coerência “matemática”.

A China compra muito do Brasil. Se as relações entre os dois países forem boas, o comércio tende a crescer e ser benéfico para o governo do Brasil: com mais exportações as empresas geram mais empregos e pagam mais impostos. Por outro lado, a China é também uma grande concorrente em certos setores. Em alguns a concorrência chinesa pode inclusive levar empresários brasileiros à falência. O governo brasileiro, portanto, deve encontrar uma forma de não abalar a relação como um todo, mas também não permitir as falências. Esse “equilíbrio” é permanente nas relações internacionais.

7. Soft Power e Hard Power

O Soft Power é uma ferramenta de política internacional sem uma definição precisa. Em resumo, é a capacidade de influenciar ou atrair pessoas e países de forma pacífica, sem uso da força. **Não é sinônimo de hegemonia**, já que esta pode ser pautada na força também, **mas pode ser um componente da hegemonia de um Estado**. Resulta em ganhos políticos e econômicos. Cada país exerce seu Soft Power de uma forma distinta, de acordo com suas características e ferramentas.

Soft Power	Influência ou atração através de valores, ideologia, cultura incluindo indústria cultural).
Exemplos	<p>Cinema e séries dos EUA, como veículo para valores políticos e sociais, estímulo ao turismo e ao comércio.</p> <p>Futebol e samba para o Brasil, gerando turismo e interesse pelo país.</p> <p>Mangás e K-Pop para o Japão e a Coreia do Sul.</p> <p>Empréstimos e diversas formas de parcerias e investimentos da China em relação a outros países.</p>
Hard Power	Sanções econômicas, força militar, pressões diplomáticas.

8. Sanções

Outra ferramenta de política internacional, no campo do Hard Power.

Definição	Punições a um determinado Estado, organização ou conjunto de Estados por parte de outros Estados ou organizações.
Exemplos	<p>Bloqueios comerciais, proibição de acesso a mercados ou produtos.</p> <p>Embargo de armas a países cujos</p>

	governo violam direitos humanos. Bloqueio dos EUA a Cuba.
Objetivos	Forçar uma mudança política no Estado que é alvo das ações, seja através do impacto das sanções, seja através de criar uma situação interna que gere pressão da população sobre o governo.
Polêmicas	Sanções podem prejudicar a população do Estado-alvo sem que haja o resultado desejado, em especial no caso de Estados autoritários. Sanções podem se tornar ferramenta de propaganda do governo sancionado, gerando apoio popular ao governo, culpando as próprias sanções pelos problemas da população.

9. Povo, etnia e tribo

Estudaremos muitos conflitos e questões em que as diferenças culturais são um fator importante. É comum a confusão entre povo, etnia e tribo.

Povo	Termo genérico e impreciso. Podemos falar de um povo como pessoas que tem a mesma origem genética e cultural, mas também podemos falar do “povo brasileiro” como o conjunto de pessoas que vivem no Brasil, do índio ao negro e aos descendentes de diversos grupos europeus.
Etnia	Grupo de pessoas que tem uma mesma origem cultural e genética. Ou seja, pessoas que em geral dividem um mesmo idioma, costumes sociais, tradições e também uma carga genética que lhes dá traços físicos mais ou menos comuns. Os árabes por exemplo são uma etnia (não uma religião).
Tribo	Subdivisões dentro de etnias. Sistema formado por famílias interligadas, que forma uma aliança através de casamentos e interesses comuns.

	É possível haver conflitos entre tribos que pertencem a uma mesma etnia.
--	--

10. Xenofobia

Definição	Ódio ou aversão ao estrangeiro
	Para que se possa determinar quem é estrangeiro é necessário primeiro determinar quem não é, quem é “como eu, parte do meu grupo”. O que faz de um alemão um alemão? O que faz de um japonês um japonês? Quais são os traços culturais ou até genéticos que definem e determinam um grupo?
	A visão xenófoba ou xenofóbica se apoia fortemente em conceitos como unidade ou identidade nacional e até “raça” ou etnia. Quem tem outra origem cultural, religiosa ou étnica é visto como estrangeiro, indesejado ou ameaça. Em momento de crise econômica somada à imigração a xenofobia costuma crescer disfarçada muitas vezes de nacionalismo econômico ou preocupação com segurança.

11. Autonomia

Contexto, origem	Diversos países são multiculturais (religião, etnia etc.), resultado de eventos tais como a conquista de um grupo sobre outro. Quando o grupo dominante impõe suas regras sobre o(s) dominado(s) pode haver conflitos internos e/ou separatismo
Solução	Conceder à região distinta um grau maior de liberdade. Cada país faz isso à sua maneira. Pode ser a liberdade de falar própria língua (desde que a língua oficial do país também seja falada), de exercer a própria religião, de comemorar os feriados culturais e históricos, de ter a própria polícia, leis locais, administração local do sistema público de

	ensino, saúde ou qualquer outra medida nesse sentido.
Atenção	Autonomia não é sinônimo de independência. Região autônoma tem um grau maior de liberdade interna, ou seja, em relação ao governo central, mas continua sendo parte do país. Defesa e política externa são dependentes do governo central.

12. Minorias

Numéricas	Quando um grupo, gênero, etnia, religião ou qualquer outro setor de fato é numericamente inferior a outros
Direitos Representação	Quando um grupo, gênero, etnia, religião ou qualquer outro setor é prejudicado por uma desigualdade ou disparidade em direitos ou representatividade.

13. Organização política do Brasil, panorama.

O Brasil é uma república federativa presidencialista, composto por 5570 entidades com poderes de municípios (5568 prefeitos, ver adiante), 26 estados e o Distrito Federal (DF).

São três as instâncias de governo: municipal, estadual, federal.

O DF e Fernando de Noronha são exceções, não tem prefeitos. O DF tem um governo distrital, Fernando de Noronha tem um administrador local nomeado diretamente pelo governo de Pernambuco.

Cada **município** tem um/a prefeito/a (poder executivo) e um certo número de vereadores/as (poder legislativo, Câmara de Vereadores) proporcional à sua população, que podem ser eleitos com base em propostas amplas ou para defender os interesses de uma certa região da cidade.

Cada **estado** ou unidade da federação (UF) tem um governador/a (poder executivo) e deputados/as estaduais (Câmara dos Deputados ou Assembleia Legislativa Estadual). Cada estado possui uma Constituição Estadual. Essas leis não podem ir contra o que está previsto na **Constituição Federal**.

No plano **federal** (nacional) temos um arranjo um pouco diferente. No poder executivo temos apenas uma pessoa, mas no caso do legislativo há diversos representantes e uma divisão em duas câmaras ou casas: **Câmara dos Deputados** (federal) e **Senado Federal**. Para se referir às duas casas em conjunto, usa-se o termo **Congresso**. Os detalhes sobre o que

cada casa pode ou não fazer encontram-se na Constituição Federal de 1988 (artigos 51 e 52).

Esta divisão se dá com o objetivo de manter um certo equilíbrio.

Deputados/as federais	A quantidade é proporcional à população de cada estado, o que faz com que estados mais populosos tenham mais representação. Defendem seus estados de origem e também seus grupos de apoio. Deputados/as de diversos estados podem, por exemplo, defender um mesmo setor, como o automobilístico. São as chamadas bancadas .
Senadores/as	Número fixo de 3 (três) por estado, mantendo assim um certo equilíbrio para que os estados mais populosos não dominem completamente o poder legislativo federal. Qualquer processo legislativo deve passar pelas duas casas para ser julgado, confirmado, autorizado.

Tabela com o número de deputados/as federais por estado

Unidade da Federação	Deputados	Unidade da Federação	Deputados
Acre	8	Paraíba	10
Alagoas	8	Paraná	29
Amazonas	9	Pernambuco	24
Amapá	8	Piauí	8
Bahia	39	Rio de Janeiro	45
Ceará	24	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	30
Espírito Santo	9	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	17
Minas Gerais	55	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	21	Total	513

Mandatos de 4 anos, exceto o Senado. No legislativo é possível a reeleição indeterminada, no executivo apenas uma reeleição é possível. Os mandatos no Senado são de 8 anos, mesmo assim há eleições a cada 4 anos: em uma eleição se renova 2/3 do Senado, em outra 1/3.

Por fim, no executivo federal temos a seguinte ordem de sucessão de poder: presidente, vice-presidente, presidente da câmara de deputados, presidente do senado, presidente do STF (supremo tribunal federal).

QUESTÕES

1. Analise a charge abaixo no contexto do que foi visto nesta aula e apresente uma possível interpretação.



2. (Enem 2016)

Texto I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: www.portugues.rfi.fr. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

Texto II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo ACNUR por ser considerado um caminho para o(a)

- alteração do regime político.
- fragilização da supremacia nacional.
- expansão dos domínios geográficos.

- cerceamento da liberdade de expressão.
- fortalecimento das práticas de discriminação.

3. (Ufu 2021) “Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. [...] Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um “presidencialismo imperial”, baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério com amplas coalizões, e um presidencialismo “mitigado” pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou frequentemente, através de grandes coalizões. O Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas, sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.”

ABRANCHES, S., 1988. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados, 31(1), pp.5-34.

De acordo com o texto, é correto afirmar que o presidencialismo de coalizão é caracterizado pelo(a)

- imposição da agenda política do Poder Executivo ao Poder Legislativo por meio de um sistema bipartidário.
- enfraquecimento do Poder Legislativo, e a consequente diminuição da capacidade de controle sobre os atos do Poder Executivo.
- relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, estabelecida por compromissos partidários e com lideranças regionais.
- formação de um bloco parlamentar com unidade ideológica e programática, mediada por troca de favores.

4. (Enem 2019) O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1590 trabalhadores da situação análoga à de escravo, em 2014, em todo o país. A análise do enfrentamento do trabalho em condições análogas às de escravo materializa a efetivação de parcerias inéditas no trato da questão, podendo ser referenciadas ações fiscais realizadas com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2015 (adaptado).

A estratégia defendida no texto para reduzir o problema social apontado consiste em:

- Articular os órgãos públicos.
- Pressionar o Poder Legislativo.
- Ampliar a emissão das multas.
- Limitar a autonomia das empresas.
- Financiar as pesquisas acadêmicas.

5. (Unesp 2022) Na história do Estado moderno, duas liberdades são estreitamente ligadas e interconectadas, tanto que, quando uma desaparece, também desaparece a outra. Mais precisamente: sem liberdades civis, como a liberdade de imprensa e de opinião, como a liberdade de associação e de reunião, a participação popular no poder político é um engano; mas, sem participação popular no poder, as liberdades civis têm bem pouca probabilidade de durar.

(Norberto Bobbio. *Igualdade e liberdade*, 1997. Adaptado.)

O cenário retratado no texto gera uma prática política conceituada por Norberto Bobbio como democracia, na qual

- o modelo político antigo é restaurado para a organização da sociedade.
- são garantidas igualdades social e econômica à população.
- os cidadãos são geridos apenas por seu próprio sistema de regras locais.
- apenas a elite participa ativamente das decisões governamentais.
- existem mecanismos para participação dos indivíduos no poder estatal.

6. (Enem 2017) A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

- leis de combate à violência doméstica.
- cotas de gênero nas candidaturas partidárias.
- programas de mobilização política nas escolas.
- propagandas de incentivo ao voto consciente.
- apoio financeiro às lideranças femininas.

Gabário 1. (uma possível leitura da charge): O aperto de mãos representa a conclusão de um acordo. Porém, nas sombras, uma mão passa à outra uma nota (dinheiro), demonstrando que o acordo foi fechado, na verdade, mediante um pagamento. O fato do pagamento ocorrer nas sombras dá uma ideia de algo escondido, talvez ilícito; 2: E ACNUR é o órgão da ONU que cuida de refugiados, pessoas forçadas a se deslocar. Os dois textos tratam de medidas contrárias aos refugiados: no primeiro caso, um muro; no segundo, comentários xenófobos. A resposta correta deve apontar para uma crítica do ACNUR sobre estes fatos, ou seja, como estes fatos refletem um tipo de discriminação; 3: C: A frase "o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões" aponta para a questão das alianças e coalizões, no seja, compromissos partidários (entre partidos) como aponta a alternativa correta. As outras alternativas são eliminadas com a leitura atenta do texto. O texto resalta que o sistema é multipartidário (não bipartidário) e que há controle parlamentar sobre o Executivo; 4: A questão deve ser respondida a partir do texto, como aponta o comando da questão. No texto, há a descrição de uma das formas mais eficazes para se criar políticas públicas de grande impacto social: a articulação de diversos órgãos e instituições do serviço público, que passam a atuar conjuntamente para mitigar situações de exploração e para ampliar o acesso da população a seus direitos; 5: E: A democracia corresponde ao sistema político em que o povo participa das decisões políticas. No Estado moderno, é necessário que haja mecanismos para que isso aconteça de fato, caso contrário a democracia pode se tornar uma aristocracia. É por esse motivo que Bobbio defende a relação entre liberdades civis e liberdades políticas; 6: B: No texto, há a descrição de uma das formas mais eficazes para se criar políticas públicas de grande impacto social: a articulação de diversos órgãos e instituições do serviço público, que passam a atuar conjuntamente para mitigar situações de exploração e para ampliar o acesso da população a seus direitos;